

Considerações acerca do parágrafo 12 do PARECER nº 00010/2024/PROC/PFIFESPÍRITO SANTO/PGF/AGU:

Justificativa para adoção da empreitada por preço global

Concorrência Eletrônica nº 01/2024

Processo eletrônico 23155.001161/2023-57

Os incisos XXVIII e XXIX, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, trazem as seguintes definições:

[...]

*“XXVIII - **empreitada por preço unitário**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;*

*XXIX - **empreitada por preço global**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;”* (Grifo nosso)

[...]

A **empreitada por preço global** é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação.

Já a **empreitada por preço unitário** é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; e construção de poço artesiano.

Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global guarda relação com o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (TCU, Acórdão nº 1.977/2013 – Plenário). Ademais, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.595/2021 – Plenário, determina que:

“106. Em atenção às falhas e/ou impropriedades identificadas no edital de licitação 107/2020, propõe-se dar ciência ao Ministério da Saúde que:

[...]

b) o uso de empreitada por preço global deve ser utilizado no caso de contratações de obras com

boa precisão nos quantitativos e nas soluções técnicas dos serviços.” (Grifo nosso)

[...]

Conforme Súmula TCU 247, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto. Contudo, julgou-se inoportuno o parcelamento do objeto, uma vez que os serviços a serem realizados são correlacionados, sendo inviável administrativa e financeiramente seu parcelamento, além do controle e do gerenciamento dos referidos serviços, que sendo executado de modo global, diminui os riscos de execução errônea e/ ou perda de garantia dos serviços executados por outra empresa. Com isso, firma-se uma execução mais clara, rápida e menos onerosa a administração pública. Outra perspectiva analisada foi que a segregação aumentaria o tempo de conclusão, ocasionando a inadequação das instalações por um tempo mais estendido.

Sendo assim, a adoção de regime por empreitada por preço global justifica-se pelo fato de se tratar de uma ampliação de uma construção já existente, sendo possível definir com clareza os aspectos qualitativos e quantitativos do objeto, possibilitando ao licitante formular sua proposta com precisão adequada.

A esse respeito, no caso da obra do CRA, verifica-se que o objeto está claramente definido nos projetos que se encontram devidamente anexados no processo (documentos 13 a 18), os quais, juntamente com o projeto básico (doc. 10), estimam com adequado nível de precisão e detalhamento as especificações e quantitativos da obra em questão, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna. Com isso, espera-se evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, sem prejuízo, seja da Administração, seja da contratada.